

## MEMÓRIA FAZENDÁRIA: A DOCUMENTAÇÃO DA JUNTA DA FAZENDA DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

**Evaldo de Assis**

Núcleo de Documentação

Universidade Federal do Mato Grosso

78000 Cuiabá, MT

Descreve o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Documentação e Informação Regional Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso, no sentido de recuperar a informação sobre Mato Grosso, através da organização da documentação fazendária, sob a guarda da referida instituição.

### 1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional (NDHIR), órgão subordinado à Coordenação e Cultura<sup>1</sup> da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT), criado em 1976 pela Resolução CD-66/76, tem como objetivo a recuperação e preservação da memória histórico-cultural do Centro-Oeste.

É dentro dos seus princípios, norteadores da política de preservação documental, que se justifica ser o NDHIR o órgão que tem sob sua guarda a documentação fazendária proveniente do acervo que existia nos porões da Delegacia do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

O Núcleo de Documentação, tomando conhecimento da existência de documentos nos porões da Delegacia, acionou a administração superior da Universidade Federal de Mato Grosso, no sentido de que esta instituição tomasse medidas junto ao Ministério da Fazenda para que se pudesse salvar a documentação que estava sendo destruída pelos fungos, sem condições ambientais para a sua preservação.

O Ministério da Fazenda, acatando a proposta apresentada pela FUFMT, autorizou a transferência do acervo documental existente nos porões da Delegacia para o Campus Universitário e, em dezembro de 1977, o Conselho Diretor da FUFMT, através da Resolução nº CD-76/77, autorizou a Universidade a firmar um ajuste com o Departamento de Administração do Ministério da Fazenda, para recuperar e restaurar a documentação fazendária.

O ajuste celebrado, em sua cláusula primeira, estabelece o objetivo "... recuperação, restauração, arranjo, levantamento, inventário, catalogação, microfilmagem e arquivamento da documentação histórica existente na Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso..." (FUNDAÇÃO Universidade Federal de Mato Grosso, 1968, p. 1).

Em 1976, a equipe pioneira do NDHIR teve o contato inicial com o acervo documental, arranjando-o provisoriamente e estabelecendo variáveis para o trabalho futuro.

O acervo, que faz parte do **Arquivo do Ministério da Fazenda**, é caracterizado por possuir documentos gerados no período de 1746 a 1972, diversificado em conteúdo e espécie, como códices, boletins, ofícios, autos, guias, recibos, requerimentos, folhas de pagamento e outros, documentação esta que diz respeito à história política, administrativa, econômica e ao contexto social em que se insere Mato Grosso.

Inicialmente, foi pensado que em 1980 estaria arranjada e microfilmada toda a documentação. Porém, as surpresas apresentadas, como diversidade do acervo, bem como extensão (270 metros lineares) e outros fatores extrínsecos contribuíram para o retardamento do prazo previsto, sendo que somente 1/3 do acervo está arranjado dentro dos padrões arquivísticos.

Entre essa documentação já arranjada está o acervo que constitui o fundo **Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública**, em Mato Grosso.

Constitui objeto deste trabalho apresentar algumas características e a metodologia usada para a recuperação da memória fazendária, a partir da documentação da Junta de Arrecadação.

## **2. A JUNTA DE ARRECAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA**

Entre 1760 e 1770, algumas provedorias da Real Fazenda foram substituídas pelo novo órgão fazendário, denominado de Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública.

Na Capitania de Mato Grosso, a Provedoria da Real Fazenda teve vida mais longa, indo até novembro de 1809, quando D. João VI, através da Carta Régia de 20-11-1809, criou a Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública de Mato Grosso, subordinada ao Erário Régio, criado no Rio de Janeiro, resultante de uma nova estrutura político-administrativa estabelecida no Brasil com a vinda da Família Real, em 1808.

A Junta de Arrecadação tinha como base estrutural o tribunal, composto pelo presidente da Província e 4 deputados escolhidos entre as pessoas que já faziam parte do quadro burocrático local.

Ainda fazia parte da estrutura organizacional da Junta a Tesouraria Geral e a Contadoria, e a esta estava subordinada a Administração do Correio, as Provedo-

rias de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, a Intendência dos Reais Armazéns, e a esta subordinavam-se os Registros de Fronteiras ou Alfândegas de Portos Secos; a Intendência do Ouro e Casas de Fundição e a Junta de Diamantes e Melhoramentos de Minaerais.

A Junta de Arrecadação funcionou de 1810 até fevereiro de 1834, quando foi extinta em razão da criação do Tribunal do Tesouro Público Nacional. Nas províncias, as Tesourarias substituíram as Juntas.

O acervo da Junta de Arrecadação na Província de Mato Grosso, em termos quantitativos, é representado por 7 metros lineares. A documentação é composta de códices (livros manuscritos) e documentos em unidades, gerados pelos órgãos fazendários ou enviadas para a Junta de Arrecadação, constituindo o Fundo Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública.

### 3. METODOLOGIA

Visando recuperar a memória fazendária, através do arranjo da documentação e de elaboração de instrumentos de pesquisa, foi criada uma metodologia baseada na especificidade da massa documental que faz parte do Fundo Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública.

Estabelecido o Fundo como conjunto de documentos provenientes da unidade administrativa, partiu-se para outras etapas do trabalho, como: separação de documentos, pesquisa bibliográfica, determinação das séries e subséries e elaboração de inventário.

A primeira etapa consistiu em separar os documentos por espécie, conteúdo e localidade, anotando o ano, local e as datas-limite, formando dossiês, e quando os dados acima não eram suficientes para a identificação do documento ou dossiê, era feita uma descrição sucinta.

Nessa primeira etapa do trabalho de separação encontraram-se dificuldades em identificar determinados documentos, sendo necessário criar alguns instrumentos auxiliares, como:

- a) listagem onomástica de capitães — gerais e presidentes da Província, no período em que funcionou a Junta;
- b) listagem onomástica de outras pessoas que tiveram cargos importantes no período em arranjo;
- c) listagem de identificações de rubricas.

Com os referidos instrumentos foi facilitada a identificação dos documentos.

Complementou-se a pesquisa bibliográfica para subsidiar as determinações de séries e subséries, através de:

- a) leituras de obras sobre a administração colonial e a administração político-administrativa de Mato Grosso, no período de 1808 a 1834;

- b) leitura da legislação fazendária, levantando-se um índice de leis concernentes a Mato Grosso;
- c) elaboração de listagens de órgãos criados em Mato Grosso, nas administrações do período de 1808 a 1834, e sua subordinação ou não ao órgão fazendário.

Para a determinação das séries e subséries foram adotados três critérios:

- a) órgãos fazendários;
- b) órgãos não fazendários;
- c) séries temáticas.

Para os órgãos fazendários foram consideradas séries e subséries as divisões e/ou sua subordinação à administração da Junta.

Os órgãos não fazendários são aqueles que não fazem parte do organograma da Junta, porém alimentaram o Fundo com documentos gerados, cujo teor diz respeito à esfera fazendária. Esses órgãos constituem as séries.

As séries temáticas são constituídas de documentos que, pelas informações contidas, foram insuficientes para identificar seu órgão gerador.

Estabelecidas as séries, voltou-se aos dossiês e aos códices, identificando-os dentro das séries e, às vezes, voltando ao próprio documento, como foi o caso dos ofícios, cartas e requerimentos.

a última etapa do projeto foi a elaboração de um inventário, como instrumento de pesquisa mais imediato para a recuperação da memória fazendária.

O inventário do Fundo Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública registra toda a massa documental que faz parte do referido fundo, com elementos que identifiquem um código ou um dossiê.

Na elaboração do inventário foram consideradas as séries e subséries, respeitando-se também a cronologia e a ordem alfabética de assuntos.

Nas subséries encontram-se as anotações de conteúdos, as datas-limite e o número de documentos ou códices.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o arranjo da documentação foi necessário que a equipe fosse treinada, recebendo algumas noções de técnicas de arquivo e de história político-administrativo do Brasil e regional.

Os conhecimentos de técnicas bibliotecárias, arquivísticas e da história político-administrativa local possibilitaram atingir o objetivo proposto, que era o de recuperar a memória fazendária, neste caso trabalhando com um fundo específico.

*Comunicação recebida em 2.06.86*

#### **Abstract:**

**The Documentation of Junta da Fazenda of the Province of Mato Grosso**

Describes the work developed by the Documentation Nucleus and of the Historical Regional Information Centre of the Federal University of Mato Grosso in retrieving the docu-

mentation of the archive of the Ministry of Finances — earlier Junta da Fazenda of the Province of Mato Grosso.

**REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Ministério da Fazenda. **Técnicas de tratamento da documentação estática do Ministério: Ciclo de palestras.** Brasília, Divisão de Documentação, 1981. 92p.
2. CORRÊA FILHO, V. A. **História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro, INL, 1969.
3. FUNDAÇÃO Universidade Federal de Mato Grosso. **Ajuste.** Cuiabá, 1968. 2p.